

Fóruns Regionais de Planejamento - Instâncias Regionais de Participação -

O que são os Fóruns Regionais de Planejamento?

Os Fóruns Regionais de Planejamento foram concebidos na elaboração do Plano Diretor Urbano Ambiental de Porto Alegre que dividiu a cidade em oito Regiões de Gestão do Planejamento. Cada uma destas regiões possui um Fórum Regional de Planejamento que se constitui na instância regional de participação.

Qual sua composição?

Cada Fórum Regional de Planejamento é composto por um Conselheiro titular que representa a Região de Gestão do Planejamento no Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental (CMDUA) e dois Conselheiros Suplentes que o substituem em caso de impedimento ou renúncia. Além dos Conselheiros, são eleitos delegados que integram os Fóruns Regionais de Planejamento que possuem como atribuição principal discutir as questões urbanas regionais para que estas sejam levadas ao conhecimento do CMDUA através dos Conselheiros.

Quando iniciaram os Fóruns?

Os Fóruns tiveram início em 2000, mas devido à inexistência de uma metodologia que indicasse os canais de entrada das propostas oriundas da comunidade para o governo municipal estes produziram diagnóstico e propostas para as suas Regiões que não obtiveram retorno por parte da Administração. Esta realidade teve como consequência a desmobilização dos Fóruns Regionais de Planejamento. Em 2005 o novo governo elaborou uma proposta de funcionamento para os Fóruns e submeteu-a, através de seminários nas oito Regiões de Gestão do Planejamento, a apreciação dos Conselheiros e demais componentes dos Fóruns que aprovaram o método proposto. Neste ano de 2006, a metodologia foi aprovada pelo CMDUA, sendo que o Regimento Interno deste Conselho está sendo revisado para incluir o fluxograma de participação da sociedade no Planejamento Urbano da cidade de Porto Alegre.

Qual os objetivos/competências dos Fóruns Regionais de Planejamento?

Os Fóruns Regionais de Planejamento têm como objetivo discutir os empreendimentos de impacto urbano de nível 1, quando o CMDUA envia à Região e os Empreendimentos de Impacto Urbano de Nível 2 que necessariamente devem ser apreciados pelos Fóruns. Estes empreendimentos são levados ao conhecimento da região porque acarretam mudanças na dinâmica regional. Além destas atribuições os Fóruns também podem indicar e monitorar estudos e projetos urbanos que julgarem necessários para possibilitar sua participação no planejamento da cidade. Através destes estudos e projetos busca-se detalhar as estratégias contidas no PDDUA, gerando informações sobre a cidade.

Qual a vinculação dos FRP com o CMDUA?

As Regiões de Gestão do Planejamento são representadas no CMDUA pelo Conselheiro dos Fóruns Regionais de Planejamento que possui direito a voto em todas as decisões do Conselho. Cabe aos Conselheiros comunicar as decisões do CMDUA aos Fóruns e trazer ao conhecimento do CMDUA as deliberações daqueles.

Como a atuação dos FRPs pode alterar a dinâmica do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental (CMDUA)?

O CMDUA possui atribuições de natureza pontual como analisar empreendimentos que envolvam impacto urbano ou operação concertada, atribuições de monitoramento de instrumentos urbanos como, por exemplo, o solo criado e atribuições de natureza estratégicas, ou seja, propor estudos e projetos urbanos. Porém, historicamente, o CMDUA tem focado sua atuação principalmente nas atribuições pontuais. Pretende-se imprimir uma atuação propositiva ao CMDUA a partir da indicação de projetos e estudos urbanos pelos Fóruns Regionais de Planejamento. Cabe salientar que enquanto os Fóruns são instância de participação regional o Conselho é a instância Global de participação que discute a cidade de forma não regionalizada. É nesta instância que serão decididos os estudos e projetos urbanos prioritários.

Por que a atuação dos FRPs é complementar a do Orçamento Participativo?

Enquanto os Fóruns Regionais de Planejamento contribuem para a construção de Porto Alegre do futuro, participando de decisões que envolvem ações de médio e longo prazo o Orçamento Participativo toma decisões que se vinculam ao orçamento anual. Os Fóruns Regionais de Planejamento ao proporem estudos e projetos urbanos contribuem para subsidiar a tomada de decisão do Orçamento Participativo através de informações atualizadas.

Para facilitar o diálogo entre estas duas instâncias de participação, os limites das Regiões de Gestão do Planejamento estão compatibilizados com os das Regiões do Orçamento Participativo.

Qual a relação entre os Fóruns Regionais e as leis orçamentárias?

No Brasil as leis orçamentárias são a Lei do Plurianual, a de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual. A Lei do Plurianual determina, em linhas gerais, os investimentos que serão realizados no período de quatro anos e pode ser reavaliada constantemente. Esta lei transcende os governos, pois cada nova administração segue o Plurianual do governo anterior durante seu primeiro ano de gestão. A Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei do Orçamento Anual são discutidas anualmente. Estas concretizam as diretrizes estabelecidas no Plurianual e são de execução obrigatória. Tendo em vista a natureza destas leis pode-se vincular o Plurianual a atuação dos Fóruns Regionais de Planejamento,

pois estes trabalham a cidade no médio e longo prazo e, portanto, pode alterar o Plurianual e lançar as bases para a discussão sistemática desta lei.

Como a participação dos FRPs pode influir no modelo de Gestão proposto para a Prefeitura?

A Secretaria de Gestão estruturou o Plano Plurianual destinando recursos aos 21 programas propostos pela Prefeitura. As ações das Secretarias receberão recursos à medida que possam ser enquadrados em alguns destes programas. Desta forma tenta-se estabelecer a transversalidade entre as Secretarias, pois estas passam a estar vinculadas umas as outras através dos programas. Como salientado acima, uma das características do Plurianual é a possibilidade de sua reavaliação periódica. No contexto proposto pela Gestão, os programas e ações podem vir a ser redefinidos à medida que forem sendo encaminhados projetos e estudos urbanos que exijam a complementação e/ou criação de programas que viabilizem os acordos feitos entre a comunidade e o governo.

Qual a metodologia de trabalho dos FRPs no novo Governo?

A metodologia proposta é que os Fóruns discutam regionalmente quais os projetos e estudos urbanos que são necessários para que a sua região desenvolva-se de forma equilibrada. Cabe lembrar que as estratégias contidas no PDDUA precisam de detalhamento através da execução dos programas e projetos, indicados no Plano Diretor. Assim, a comunidade, a administração pública e os demais setores que constroem a cidade podem acordar quais os programas das estratégias que devem ser priorizados para que possam ser celebrados pactos urbanos para o melhor desenvolvimento das regiões e da cidade. Estes acordos são importantes porque a Administração pública não tem condições de responder a toda a demanda reprimida. A priorização dos estudos e projetos urbanos cabe ao CMDUA, pois este é a instância global de participação onde estão representados todos os interesse envolvidos no planejamento da cidade.

Qual a importância dos FRPs na obtenção de recursos Federais?

A política do Ministério das Cidades, órgão federal que destina recursos aos municípios, é que haja a participação da sociedade como pressuposto para o financiamento federal de projetos municipais. Esta política visa implementar os artigos do Estatuto das Cidades, que é uma lei federal que estabelece as premissas de um desenvolvimento urbano democrático e sustentável através de instrumentos como os Planos Diretores Participativos.